

DINÂMICAS TEMPORAIS E ESPACIAIS DA VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM (PA), 2010-2025

TEMPORAL AND SPATIAL DYNAMICS OF URBAN VIOLENCE IN BELÉM (PA), 2010–2025

João Márcio Palheta*
Lucas Macedo de Jesus**
Christian Nunes da Silva***
Adolfo da Costa Oliveira Neto****
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este estudo analisa as dinâmicas temporais e espaciais da violência urbana em Belém (PA) e no estado do Pará, entre 2010 e 2025, buscando identificar padrões, tendências e diferenciações territoriais. A pesquisa adota abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, com base em dados secundários da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), da CODEC/SIAC, da Fundação Papa Francisco (FUNPAPA) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram utilizados procedimentos de estatística descritiva, análise de séries temporais e representação cartográfica, distinguindo-se vítimas, boletins e ocorrências como unidades de registro. Os resultados mostram a persistência de elevados níveis de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), variações temporais ao longo do período e redução dos crimes a partir de 2018. A análise intraurbana evidencia concentração absoluta de registros em bairros como Guamá, Jurunas e Terra Firme, sem que essa concentração possa ser interpretada automaticamente como maior risco relativo de vitimização, dadas as diferenças populacionais entre os bairros. Os padrões observados são discutidos à luz das desigualdades socioespaciais e das formas de organização do território, sem estabelecimento de relações causais. Conclui-se que o enfrentamento da violência urbana requer políticas públicas integradas, territorialmente orientadas e articuladas à redução das desigualdades.

Palavras-chave: Violência urbana; Território; Desigualdade socioespacial; Segurança pública; Amazônia.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP). Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Belém, Pará, Brasil. E-mail: jmpalheta@ufpa.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0354-4639>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5356047514671129>.

** Graduando em Geografia (bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: lucas.macedo.jesus@ifch.ufpa.br.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0763-9813>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3626480344270629>.

*** Doutor em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: cnunes@ufpa.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7753-5394>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4284396736118279>.

**** Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP). Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: adolfoneto@ufpa.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0420-6295>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3108272104911953>.

ABSTRACT

This study analyzes the temporal and spatial dynamics of urban violence in Belém, Pará, and in the state of Pará, Brazil, from 2010 to 2025, aiming to identify patterns, trends, and territorial differentiation. The research adopts a quantitative, descriptive, and exploratory approach based on secondary data from the Pará State Secretariat of Public Security and Social Defense (SEGUP/PA), the Integrated Public Security System (SISP), CODEC/SIAC, the Fundação Papa Francisco (FUNPAPA), and the Institute for Applied Economic Research (IPEA). Descriptive statistics, time-series analysis, and cartographic representation were used, distinguishing victims, police reports, and occurrences as different units of record. The results indicate persistently high levels of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI), temporal variations throughout the period, and a decline in property crimes from 2018 onward. The intra-urban analysis shows an absolute concentration of records in neighborhoods such as Guamá, Jurunas, and Terra Firme; however, this concentration should not automatically be interpreted as a higher relative risk of victimization because neighborhood populations differ. The observed patterns are discussed in light of socio-spatial inequalities and forms of territorial organization, without establishing causal relationships. The study concludes that addressing urban violence requires integrated, territorially oriented public policies linked to the reduction of socio-spatial inequalities.

Keywords: Urban violence; Territory; Socio-spatial inequality; Public security; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A violência urbana configura-se como um dos fenômenos mais complexos das sociedades contemporâneas, especialmente em contextos metropolitanos marcados por intensas desigualdades socioespaciais. Longe de ser compreendida apenas como manifestação episódica da criminalidade, a violência expressa processos estruturais associados à forma como o espaço urbano é produzido, organizado e apropriado por diferentes grupos sociais. No contexto amazônico, e particularmente na cidade de Belém (PA), essas dinâmicas assumem especificidades relacionadas a processos históricos de urbanização desigual, expansão periférica e limitações no acesso a infraestrutura e serviços públicos.

A organização do território, nesse sentido, não pode ser dissociada das relações de poder que o atravessam. Conforme discutido por Michel Foucault (1979), o poder se exerce de forma difusa e relacional, operando em múltiplas escalas e configurando práticas sociais que se materializam no espaço. Da mesma forma, Milton Santos (2008) destaca que a produção do espaço urbano é marcada por profundas desigualdades, resultantes de processos históricos e econômicos que condicionam o acesso aos recursos e às oportunidades. Nesse contexto, a violência emerge como expressão dessas assimetrias, refletindo a seletividade territorial e a vulnerabilidade de determinados grupos e áreas da cidade.

Nas últimas décadas, a ampliação dos sistemas de registro e monitoramento tem contribuído para o avanço das análises sobre a violência urbana, possibilitando maior

detalhamento de sua evolução temporal e distribuição espacial. No entanto, persistem desafios relacionados à integração entre diferentes escalas de análise municipal, intraurbana e estadual, o que limita a compreensão mais abrangente das relações entre território e incidência criminal. Essa lacuna evidencia a necessidade de abordagens que articulem dados empíricos e referenciais teóricos, permitindo uma leitura mais complexa das dinâmicas da violência.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as dinâmicas temporais e espaciais da violência urbana em Belém (PA), no período de 2010 a 2025, buscando identificar padrões, tendências e desigualdades territoriais. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quantitativa e espacial, de caráter descritivo e analítico, orientada à compreensão das relações entre território e incidência criminal no contexto amazônico. Para tanto, utiliza dados secundários provenientes da Fundação Papa Francisco (FUNPAPA), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP/PA) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), contemplando diferentes tipologias criminais, como os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

O recorte temporal abrange o período de 2010 a 2025, com foco no município de Belém, permitindo a análise de tendências de longo prazo e variações conjunturais. Os procedimentos metodológicos incluem a aplicação de estatística descritiva e a interpretação de séries temporais, associadas a técnicas de análise espacial e representação cartográfica, com o objetivo de identificar padrões de concentração, distribuição e variação da violência no território. A articulação entre diferentes escalas de análise contribui para uma leitura mais abrangente das dinâmicas socioespaciais, evidenciando a relação entre desigualdade, organização territorial e incidência criminal. Ressalta-se que, embora os dados apresentem consistência institucional, podem existir limitações relacionadas à subnotificação e às especificidades dos sistemas de registro, o que exige cautela na interpretação dos resultados. Em razão da natureza dos dados e dos procedimentos empregados, as análises desenvolvidas possuem caráter predominantemente descritivo e exploratório. Dessa forma, eventuais relações entre os padrões de violência, as desigualdades socioespaciais, a organização territorial, as políticas públicas e outros fatores contextuais são tratadas como possibilidades interpretativas fundamentadas na literatura, e não como relações causais empiricamente demonstradas. O estudo não emprega modelos estatísticos inferenciais, testes de causalidade ou modelos espaciais destinados à estimação do efeito independente dessas variáveis.

A análise dos dados foi realizada por meio de procedimentos estatísticos descritivos e interpretação de séries temporais, associados a técnicas de análise espacial e representação

cartográfica, permitindo identificar padrões de concentração, distribuição e variação da violência no território. A análise das séries históricas, associada à leitura cartográfica dos dados, permite evidenciar a distribuição da violência no território, bem como suas variações ao longo do tempo. Ao integrar diferentes escalas de análise, o estudo busca compreender como a violência se estrutura no espaço urbano e de que forma expressa as desigualdades socioespaciais que caracterizam a realidade amazônica paraense. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão: como se configuram as dinâmicas temporais e espaciais da violência urbana em Belém (PA), e quais padrões de diferenciação territorial podem ser identificados em sua distribuição?

Os dados criminais utilizados na pesquisa foram obtidos prioritariamente a partir dos registros administrativos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), por meio do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), do Portal da Transparência e das estatísticas disponibilizadas pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CODEC/SIAC). Foram também consultadas informações da Fundação Papa Francisco (FUNPAPA) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme as finalidades específicas indicadas ao longo do estudo. Para garantir a rastreabilidade e a reprodutibilidade da pesquisa, foram considerados os painéis, relatórios e bases institucionais disponíveis para o período de 2010 a 2025, registrando-se a fonte, o período de referência e a data de acesso. No caso da SEGUP/PA, a consulta às estatísticas do SIAC ocorreu em 26 de março de 2026; para o material consultado no IPEA, o acesso ocorreu em 28 de março de 2026. Os dados foram extraídos conforme os recortes temporal e espacial disponibilizados pelas respectivas bases, mantendo-se as categorias de registro adotadas pelas instituições de origem.

Para fins operacionais, as categorias utilizadas no artigo seguem as classificações adotadas pelas bases institucionais consultadas. Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) correspondem à categoria agregada empregada pelo sistema oficial de segurança pública do Pará, devendo sua composição ser compreendida conforme as tipologias criminais definidas pela SEGUP/PA. “Vítima” corresponde ao número de pessoas registradas como vítimas nos dados administrativos; “boletim” corresponde ao registro administrativo formalizado no sistema de segurança pública SEGUP/PA. As expressões “crimes violentos” e “vítimas de crime”, quando empregadas nas figuras e no texto, referem-se exclusivamente às categorias e agregações constantes da base utilizada em cada análise, não devendo ser interpretadas como sinônimos de todas as modalidades de criminalidade existentes.

Como procedimento complementar às frequências absolutas, foram calculadas taxas de ocorrência/vitimização por 100.000 habitantes, sempre que disponível um denominador populacional compatível com a escala territorial e o ano analisado. A utilização das taxas permite comparar unidades territoriais com tamanhos populacionais distintos e evitar que bairros ou municípios mais populosos sejam automaticamente interpretados como territórios de maior risco apenas por apresentarem maior número absoluto de registros

A unidade de observação varia conforme a análise realizada. Nas séries mensais, cada valor representa o número de vítimas ou de boletins registrado no respectivo mês; nas séries anuais, os valores representam os totais registrados em cada ano; nas análises por local de ocorrência, os números correspondem aos registros acumulados em cada categoria espacial; e, nas análises intraurbanas, os valores correspondem aos registros associados aos bairros considerados. Dessa forma, vítima, boletim e ocorrência constituem unidades distintas e não devem ser interpretadas como equivalentes, uma vez que uma mesma ocorrência pode apresentar características administrativas específicas, inclusive a possibilidade de mais de uma vítima vinculada a um registro.

O artigo está organizado em quatro momentos articulados. Inicialmente, apresentam-se os fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a compreensão da violência urbana a partir de uma perspectiva territorial. Em seguida, desenvolve-se a análise temporal dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), considerando suas variações ao longo do período estudado. Na sequência, a discussão concentra-se na escala intraurbana de Belém, com ênfase na distribuição dos registros entre os bairros e em sua representação cartográfica. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados, explicitam as limitações metodológicas da pesquisa e indicam possibilidades de aprofundamento em estudos futuros.

2 CRIMES VIOLENTOS LETAIS EM BELÉM (2025)

A violência urbana deve ser compreendida como um fenômeno inerente às dinâmicas de organização do território, estando profundamente vinculada às relações de poder que estruturam a vida social. Longe de representar apenas rupturas da ordem, a violência expressa tensões, disputas e assimetrias que emergem da forma como diferentes atores se apropriam, controlam e utilizam o espaço (Bourdieu, 1998; Foucault, 1979).

Nos contextos contemporâneos, marcados pela complexidade das relações socioeconômicas, observa-se a coexistência de múltiplas forças que atuam simultaneamente

sobre o território, produzindo configurações espaciais heterogêneas e, frequentemente, conflitivas. Essas forças operam em diferentes escalas e envolvem tanto instituições estatais quanto agentes não institucionais, evidenciando que o exercício do poder não se restringe a estruturas formais, mas se distribui em redes que atravessam a sociedade (Foucault, 1979; Arendt, 1994).

Nesse cenário, a violência pode ser interpretada como uma manifestação concreta dessas relações, funcionando, em determinados contextos, como mecanismo de regulação, imposição ou resistência. Sua ocorrência está diretamente relacionada às condições de desigualdade socioespacial, à precariedade das infraestruturas urbanas e à fragilidade dos mecanismos institucionais de controle e mediação de conflitos (Santos, 2008).

A análise territorial permite evidenciar que essas dinâmicas não se distribuem de maneira uniforme, concentrando-se em áreas marcadas por processos históricos de marginalização e exclusão. Tais espaços, frequentemente localizados em zonas periféricas, apresentam maior vulnerabilidade social e menor presença efetiva do Estado, o que favorece a emergência de formas alternativas de organização e controle do território (Santos; Silveira, 2001).

A compreensão do território como produto das relações sociais reforça a ideia de que sua configuração resulta de processos contínuos de negociação e disputa. Nesse sentido, o território não se limita a uma dimensão física, mas incorpora aspectos políticos, econômicos e simbólicos que refletem as estratégias dos diferentes grupos sociais (Raffestin, 1993). A violência, inserida nesse contexto, revela-se como parte dessas estratégias, seja como instrumento de dominação, seja como resposta a processos de exclusão.

Além disso, a atuação do poder público, embora central, encontra limites diante da complexidade das relações territoriais. A presença de múltiplos atores e interesses implica a existência de diferentes formas de poder que coexistem, se sobrepõem e, por vezes, entram em conflito. Essa multiplicidade dificulta a implementação de políticas homogêneas e evidencia a necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis às especificidades locais (Bourdieu, 1998).

Dessa forma, a violência urbana deve ser analisada como resultado de processos estruturais que envolvem desigualdade, organização territorial e disputas de poder. A superação desse quadro exige não apenas intervenções no campo da segurança pública, mas também ações que incidam sobre as condições sociais e espaciais que sustentam essas dinâmicas, promovendo maior equidade territorial e fortalecimento das capacidades institucionais de gestão do espaço.

O referencial teórico adotado contribui para contextualizar os padrões empíricos identificados, especialmente no que se refere às desigualdades socioespaciais e às formas de organização do território. A relativa estabilidade dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ao longo de 2025, combinada com picos em determinados meses, evidencia variações temporais que devem ser analisadas com cautela. Da mesma forma, a trajetória dos crimes, caracterizada por crescimento inicial e posterior declínio, evidencia mudanças nos registros ao longo da série histórica. Fatores tecnológicos, comportamentais, institucionais e territoriais constituem hipóteses interpretativas relevantes, mas seus efeitos específicos não são mensurados pelos procedimentos empregados neste estudo.

Os dados de 2025 indicam uma distribuição relativamente homogênea dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ao longo dos meses, com picos observados em maio e outubro. Essas oscilações evidenciam variações temporais na incidência registrada. Entretanto, os dados disponíveis não permitem determinar os fatores responsáveis por essas diferenças mensais. Elementos relacionados à circulação de pessoas, às condições urbanas e às formas de organização do território podem constituir hipóteses para investigações posteriores. Nesse sentido, a violência pode ser compreendida como expressão de relações de poder que se manifestam de maneira diferenciada no território, operando em redes e contextos específicos (Foucault, 1979)

Os crimes apresentam dois momentos distintos: um período de crescimento até 2014, seguido por estabilidade e posterior declínio a partir de 2018. Essa inflexão pode estar associada a transformações nas dinâmicas urbanas, avanços tecnológicos e alterações nos padrões de mobilidade, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Do ponto de vista analítico, essas mudanças podem ser interpretadas à luz das transformações nas formas de uso e controle do território, nas quais diferentes atores reorganizam suas práticas conforme novas condições socioeconômicas. Nesse contexto, o território não é um espaço neutro, mas resultado de relações sociais e estratégias de poder que condicionam as oportunidades e limitações para a ocorrência de crimes (Raffestin, 1993). A redução dos registros não implica necessariamente a eliminação do problema, mas pode indicar reconfigurações nas formas de manifestação da criminalidade, reforçando a necessidade de análises que articulem dimensões espaciais, sociais e institucionais.

A proximidade entre o número de vítimas e de boletins sugere consistência nos registros administrativos, o que reforça a confiabilidade dos dados analisados. No entanto, a presença de picos mensais evidencia variações temporais na ocorrência da violência, cuja explicação exige

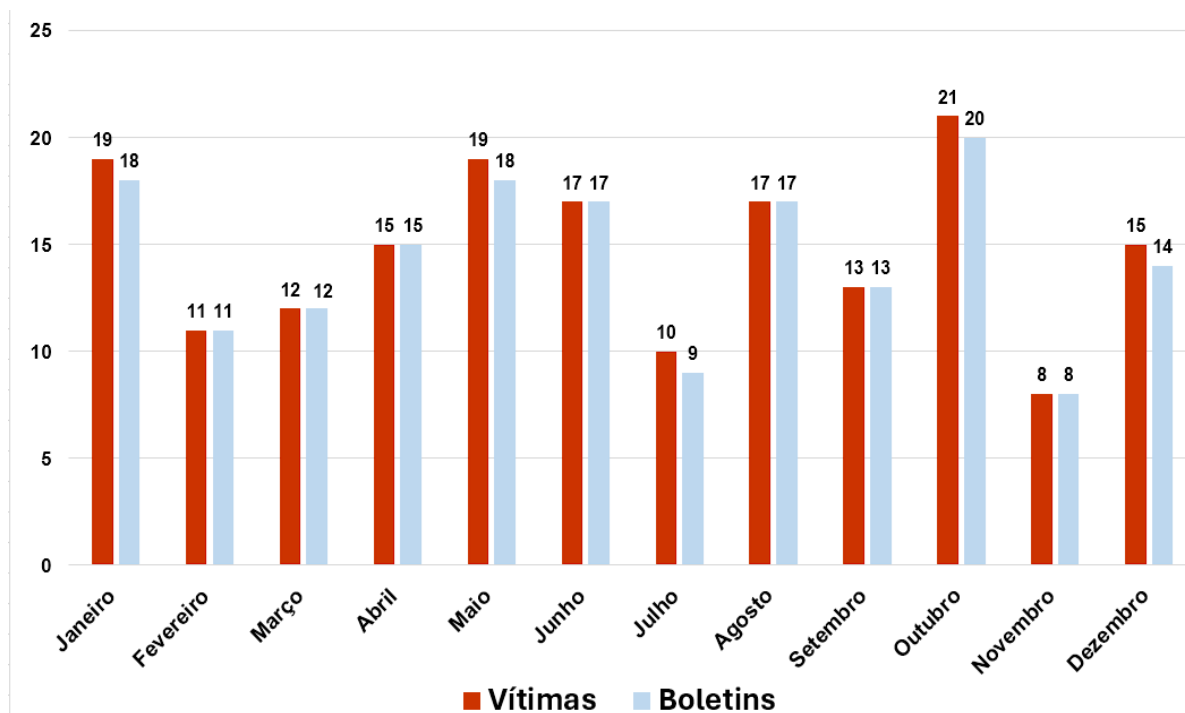
procedimentos analíticos adicionais. À luz do referencial teórico adotado, fatores socioespaciais e territoriais podem ser considerados dimensões relevantes para a interpretação desses padrões, sem que os dados apresentados permitam estabelecer relações causais entre essas dimensões. Conforme argumenta Santos (2008), a organização desigual do espaço urbano produz áreas mais vulneráveis à incidência de fenômenos sociais críticos, como a violência, evidenciando a relação entre território e desigualdade. Ainda que se observe certa estabilidade ao longo do ano, a presença de variações recorrentes aponta para a necessidade de intervenções territorialmente orientadas, que considerem não apenas a repressão ao crime, mas também as condições sociais, espaciais e institucionais que sustentam essas dinâmicas.

A análise por local de ocorrência evidencia forte concentração em vias públicas, indicando associação entre criminalidade e oportunidade. Residências e transportes também apresentam relevância, demonstrando a capilaridade do fenômeno. As tabelas mensais indicam redução progressiva dos crimes a partir de 2018, com intensificação no período pandêmico. No entanto, a persistência de registros em todos os meses evidencia continuidade da violência. A análise espacial evidencia a concentração da violência em bairros periféricos (Santos, 2008), como Guamá, Jurunas e Terra Firme, os quais apresentam forte associação com vulnerabilidade socioeconômica, elevada densidade populacional e infraestrutura urbana precária.

Os resultados indicam a persistência de elevados níveis de violência letal em Belém e no estado do Pará, simultaneamente à redução observada em determinados crimes. As séries analisadas evidenciam diferentes padrões temporais e espaciais, assim como oscilações ao longo do período considerado. Tais resultados podem ser discutidos à luz das desigualdades socioespaciais e das formas de organização territorial, mas não permitem, isoladamente, estabelecer relações causais entre esses fatores e a incidência criminal. Fatores conjunturais, mudanças nos sistemas de registro e o contexto da pandemia constituem hipóteses relevantes para investigações complementares. Além disso, as oscilações observadas ao longo do tempo evidenciam a influência de fatores conjunturais, como a pandemia e mudanças nos sistemas de registro. O estudo evidencia que a violência urbana em Belém e no Pará apresenta padrões temporais e espaciais bem definidos, caracterizados por persistência estrutural e forte territorialização. Embora haja sinais de redução em alguns tipos de crime, a manutenção de níveis elevados de violência letal indica a necessidade de políticas públicas contínuas e integradas. Nas Figuras 1 e 3, as séries ‘vítimas’ e ‘boletins’ representam unidades distintas do registro administrativo. ‘Vítimas’ corresponde ao número de pessoas registradas como vítimas de CVLI no período, enquanto ‘boletins’ corresponde ao número de registros formalizados na

base consultada. Por essa razão, os valores não necessariamente coincidem, uma vez que um mesmo registro pode envolver mais de uma vítima.

Figura 1 - de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em Belém em 2025



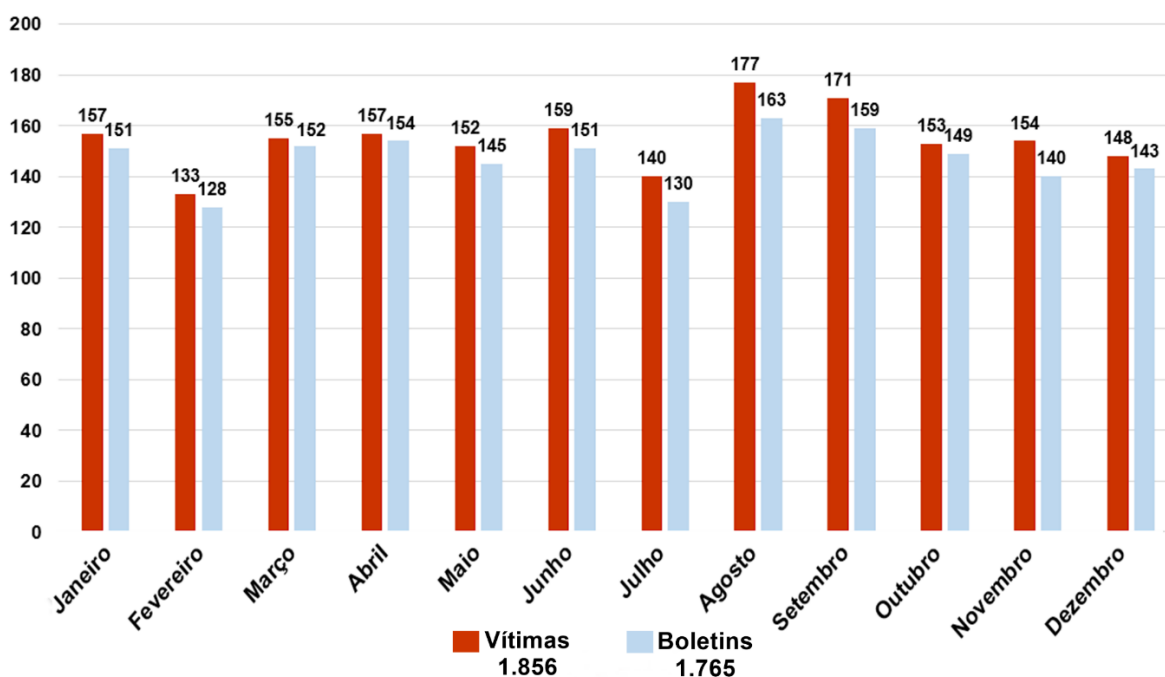
Fonte: Autores/Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC, 2026.

A evolução mensal dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em Belém-PA durante o ano de 2025 (Figura 1), demonstra uma distribuição relativamente heterogênea ao longo dos meses, com variações moderadas entre os registros de vítimas e boletins e, em grande parte dos meses, há proximidade entre os dois indicadores, sugerindo consistência nos registros administrativos e baixa discrepância entre ocorrência e formalização dos casos. Os maiores valores concentram-se nos meses de outubro (21 vítimas; 20 boletins) e maio (19 vítimas; 18 boletins), indicando possíveis períodos de maior intensificação da violência letal. Em contrapartida, os menores registros são observados em julho (10 vítimas; 9 boletins) e fevereiro (11 vítimas; 11 boletins), o que pode refletir dinâmicas sazonais, variações contextuais ou efeitos de políticas de segurança pública.

No total anual, contabilizam-se 187 vítimas e 172 boletins, revelando uma diferença que pode estar associada a subnotificação, múltiplas vítimas por ocorrência ou limitações no processo de registro. A análise sugere que, embora haja certa estabilidade relativa ao longo do

ano, persistem picos que demandam atenção específica das políticas públicas de segurança. Ademais, a consistência entre vítimas e boletins reforça a confiabilidade dos dados, mas também aponta para a necessidade de aprofundamento qualitativo sobre os contextos desses crimes, considerando fatores socioeconômicos, territoriais e institucionais potencialmente relacionados à incidência da violência letal no espaço urbano de Belém.

Figura 2 - Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado do Pará em 2025



Fonte: Autores/ Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC, 2026.

Nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado do Pará, em 2025 (Figura 2), os casos se mantêm em níveis elevados ao longo dos meses, com uma distribuição relativamente estável. Há algumas variações pontuais que indicam períodos de maior intensificação da violência letal ao longo do ano. Observa-se que os valores de vítimas se mantêm, em geral, acima de 140 ao longo de todo o ano, com destaque para o pico registrado em agosto (177 vítimas; 163 boletins), seguido por setembro (171 vítimas; 159 boletins). Em contrapartida, os menores registros ocorrem em fevereiro (133 vítimas; 128 boletins) e julho (140 vítimas; 130 boletins), indicando possíveis variações sazonais ou efeitos de ações específicas de segurança pública.

No acumulado anual, contabilizam-se 1.856 vítimas e 1.765 (Figura 2) boletins, evidenciando a magnitude do fenômeno no contexto estadual e reforçando a persistência de elevados níveis de violência letal. A diferença entre vítimas e boletins pode refletir ocorrências com múltiplas vítimas, além de eventuais limitações no registro formal dos casos. A análise sugere que, embora não haja oscilações abruptas ao longo do ano, a manutenção de patamares elevados evidencia a persistência do fenômeno ao longo do período analisado, reforçando a necessidade de políticas públicas contínuas, integradas e territorialmente orientadas.

Para a análise intraurbana, foram selecionados os nove bairros que apresentaram os maiores números absolutos acumulados de registros no conjunto da série analisada, entre 2010 e 2025, sendo posteriormente ordenados de forma decrescente. O ranqueamento identificou Guamá (1º), Jurunas (2º), Terra Firme (3º), Tapanã (4º), Cabanagem (5º), Benguí (6º), Condor (7º), Pedreira (8º) e Sacramento (9º). Neste estudo, portanto, a expressão “bairros mais afetados” refere-se exclusivamente aos bairros com maiores contagens absolutas na base analisada, e não necessariamente aos bairros com maior risco relativo de vitimização. A interpretação desse ranqueamento deve considerar as diferenças populacionais existentes entre os bairros.

Figura 3 - Vítimas de Crimes Letais Intencionais nos Bairros de Belém entre 2010 e 2025

Rankeados dos números de Vítimas nos bairros Belém: 1º Guamá; 2º Jurunas; 3º Terra Firme; 4º Tapanã; 5º Cabanagem; 6º Benguí; 7º Condor; 8º Pedreira; 9º Sacramento - Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) 2010-2025																
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
JAN	50	16	27	33	40	36	45	45	28	37	15	15	6	1	13	10
Fev	43	13	25	26	35	21	38	37	29	19	14	10	9	7	6	4
Mar	39	29	28	33	25	22	37	26	36	18	8	14	9	6	5	4
Abr	35	13	23	23	31	20	22	36	58	21	11	6	6	6	4	4
Mai	31	13	31	28	17	21	29	53	30	34	13	10	12	8	14	10
Jun	48	25	25	28	26	38	29	41	21	7	10	10	7	9	9	5
Jul	39	19	24	22	28	7	33	29	25	10	11	5	6	7	9	4
Ago	44	30	21	30	22	25	42	30	26	13	9	9	9	11	10	7
Set	32	29	21	27	28	38	55	25	41	11	6	10	7	9	5	4
Out	37	40	36	18	28	35	42	32	43	12	10	6	8	11	9	7
Nov	33	32	35	28	36	41	23	24	39	13	12	7	7	9	12	3
Dez	51	26	31	37	33	43	40	32	18	16	19	11	5	11	7	7

Fonte: Autores/ Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC,2026.

Quadro 01 – Consolidação Vítimas de Crimes Letais Intencionais nos Bairros de Belém entre 2010 e 2025

Ano	Total de vítimas
2010	482
2011	285
2012	327
2013	333
2014	349
2015	347
2016	435
2017	410
2018	394
2019	211
2020	138
2021	113
2022	91
2023	95
2024	103
2025	69
Total 2010–2025	4.182

Fonte: Autores/ Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC, 2026.

A distribuição mensal das vítimas de crimes nos bairros mais afetados de Belém entre 2010 e 2025 (Figura 3), destaca padrões temporais relevantes e variações ao longo da série histórica, nos anos iniciais (2010–2014), esses valores mensais tendem a se manter em patamares mais elevados, com destaque para meses de janeiro, junho e dezembro, que frequentemente apresentam picos de ocorrência, e esse comportamento pode estar associado a fatores sazonais, como maior circulação de pessoas, períodos festivos e intensificação das atividades econômicas. A partir de 2015, observa-se maior irregularidade nos dados, com oscilações mais acentuadas entre meses e anos, incluindo picos específicos, como em maio de 2017 (53 casos), com eventos pontuais ou mudanças contextuais na dinâmica criminal.

A partir de 2018, ocorre uma tendência consistente de redução dos registros mensais, com queda mais destacadas entre 2020 e 2025, período em que diversos meses passam a apresentar valores inferiores a 15 casos. Essa diminuição coincide temporalmente com diferentes mudanças contextuais, incluindo o período da pandemia de COVID-19, durante o qual ocorreram alterações importantes nos padrões de mobilidade. Entretanto, os dados utilizados neste estudo não permitem atribuir a redução observada a mudanças específicas na segurança pública, à pandemia ou a outros fatores isoladamente.

Figura 4 - Vítimas de Crimes Letais Intencionais Boletins Registrados nos Bairros de Belém entre 2010 e 2025

Rankeados dos números de Boletins nos bairros Belém: 1° Guamá; 2° Jurunas; 3° Terra Firme; 4° Tapanã; 5° Cabanagem; 6° Bengui; 7° Condor; 8° Pedreira; 9° Sacramento - Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) 2010-2025																
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
JAN	51	16	27	32	39	35	45	44	26	34	13	14	6	1	12	9
Fev	42	13	25	26	35	21	38	35	29	17	14	10	9	7	6	4
Mar	38	28	28	33	25	22	36	25	34	18	8	12	9	6	5	4
Abr	35	13	22	15	31	20	35	28	54	20	10	6	12	6	4	4
Mai	30	13	31	28	17	21	29	52	30	28	13	10	12	8	10	10
Jun	47	25	24	28	26	36	29	37	19	7	10	10	10	9	9	5
Jul	39	19	24	22	28	6	32	28	24	9	10	5	6	7	9	3
Ago	40	30	21	30	22	24	42	30	26	12	9	9	9	11	11	7
Set	32	29	21	26	28	37	55	24	37	11	6	10	6	9	5	4
Out	37	40	36	18	28	34	40	30	41	12	10	6	8	11	9	7
Nov	33	31	34	28	36	41	23	24	37	13	12	7	7	9	12	3
Dez	51	26	31	37	32	41	37	32	18	16	19	11	11	11	7	6

Fonte: Autores/ Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC, 2026.

Os boletins registrados nos bairros mais afetados de Belém entre 2010 e 2025 (Figura 4) revelam um padrão temporal semelhante ao observado nos dados de vítimas, indicando estabilidade entre ocorrência e formalização dos crimes. Nos anos iniciais da série (2010–2014), os registros mensais apresentam valores mais elevados e relativamente estáveis, com destaque para meses de janeiro, junho e dezembro, que concentram maiores volumes de boletins.

Quadro 2 - Vítimas de Crimes Letais Intencionais Boletins Registrados nos Bairros de Belém entre 2010 e 2025

Ano	Total de boletins
2010	475
2011	283
2012	324
2013	323
2014	347
2015	338
2016	441
2017	389
2018	375
2019	197
2020	134

2021	110
2022	105
2023	95
2024	99
2025	66
Total 2010–2025	4.101

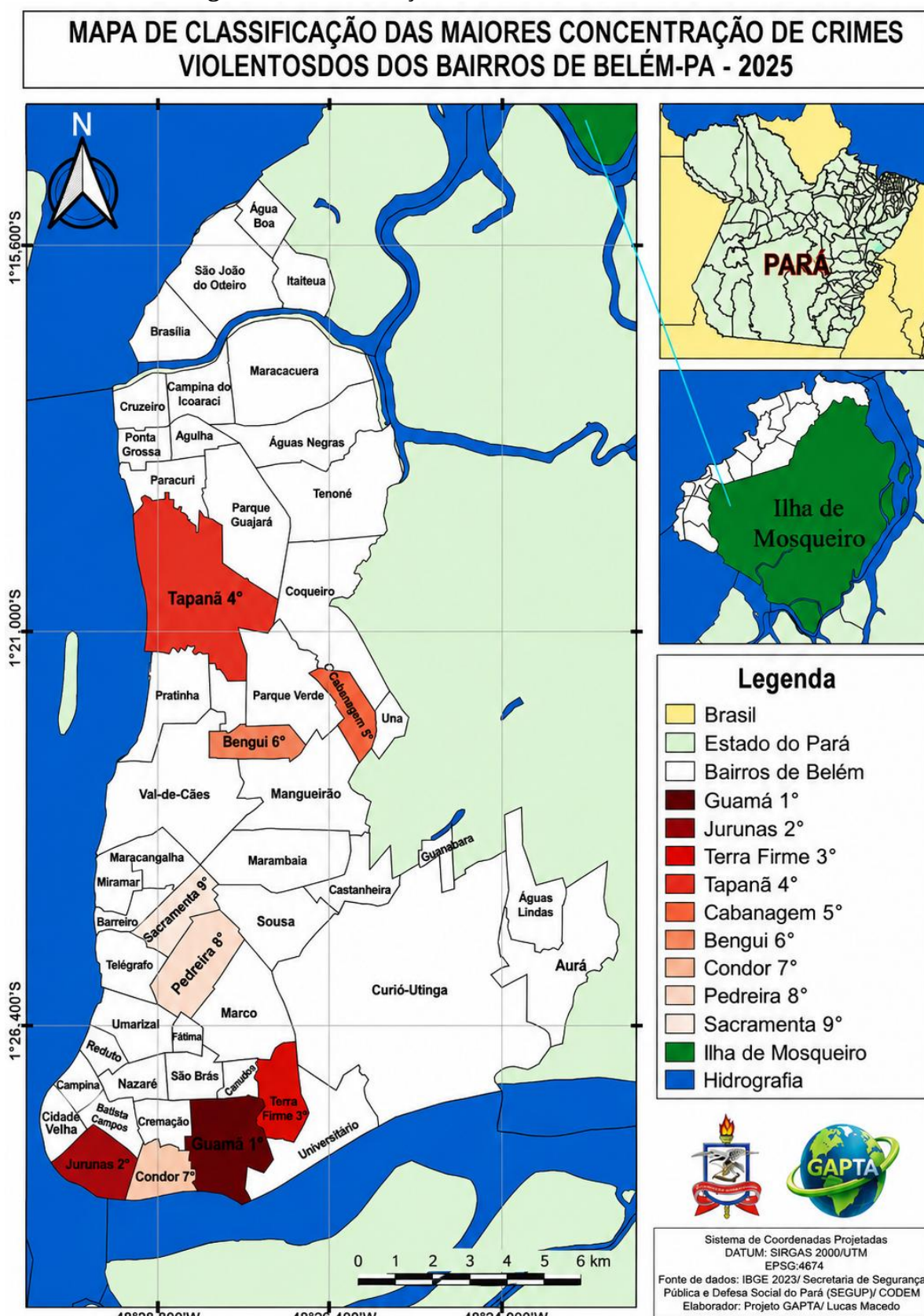
Fonte: Autores/ Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Portal da Transparência SEGUP/PA – CODEC/SIAC, 2026.

Esse comportamento influencia fatores sazonais, como aumento da circulação urbana e períodos festivos, que tendem a ampliar as oportunidades para a prática de crimes. A partir de 2015, observa-se maior variabilidade nos registros, com oscilações mais pronunciadas e picos específicos, como em maio de 2017 (52 boletins). A partir de 2018, ocorreu uma tendência de redução progressiva no número de boletins, intensificada entre 2020 e 2025, período em que diversos meses passam a registrar valores inferiores a 10 ocorrências. Essa tendência de redução coincide com transformações ocorridas no período na segurança pública, no uso de tecnologias de monitoramento e, especialmente entre 2020 e 2021, com mudanças de mobilidade relacionadas à pandemia de COVID-19. Esses fatores constituem hipóteses explicativas a serem investigadas em estudos específicos, uma vez que os procedimentos empregados nesta pesquisa não permitem estimar seus efeitos sobre os registros criminais.

A representação cartográfica foi elaborada a partir da integração entre a base territorial dos bairros de Belém e os registros criminais disponibilizados pela SEGUP/PA. A base cartográfica utilizada deve ser identificada segundo sua instituição produtora, ano de referência e sistema de coordenadas. Para fins de reprodução do procedimento, foram considerados os limites territoriais dos bairros, a base hidrográfica e os registros associados espacialmente às respectivas unidades territoriais.

Ressalta-se que a classificação cartográfica apresentada se baseia em números absolutos de registros. Portanto, o mapa representa concentração espacial de ocorrências/vítimas, e não risco relativo de vitimização. Bairros mais populosos podem apresentar maior número absoluto de registros em razão do próprio tamanho de sua população. Na ausência de denominadores populacionais anuais comparáveis para todas as unidades intraurbanas e todo o período analisado, não se atribui aos bairros classificados nas primeiras posições, com base apenas nesta figura, maior risco individual de vitimização.

Figura 5 – Concentração de Crimes Violentos em Belém



A classificação cartográfica das maiores concentrações de crimes violentos nos bairros de Belém-PA para o ano de 2025 (Figura 5) revela uma clara distribuição espacial desigual da violência urbana, com forte concentração em áreas periféricas e historicamente vulnerabilizadas. Destacam-se como zonas críticas os bairros do Guamá (1º), Jurunas (2º) e Terra Firme (3º), localizados majoritariamente na porção sul e sudoeste da cidade, próximos a eixos de alta densidade populacional e marcados por condições socioeconômicas mais fragilizadas. Essa classificação expressa concentração em números absolutos e deve ser interpretada com cautela. Como os bairros possuem diferentes contingentes populacionais, maior número de registros não equivale necessariamente a maior taxa ou maior risco relativo de vitimização. A comparação do risco entre bairros requer a utilização de denominadores populacionais compatíveis.

Esses territórios apresentam recorrente associação com processos de urbanização precária, déficit de infraestrutura e maior exposição a dinâmicas criminais, o que contribui para a consolidação de padrões espaciais persistentes de violência. Na porção oeste, bairros como Tapanã (4º) e Benguí (6º) também se destacam, indicando que a criminalidade não se restringe a uma única área, mas se distribui em múltiplos polos urbanos. Observa-se que bairros como Cabanagem (5º), Condor (7º), Pedreira (8º) e Sacramento (9º) apresentam níveis intermediários de concentração, compondo um cinturão de áreas com incidência significativa de crimes violentos.

A análise cartográfica evidencia que a distribuição dos registros de violência ocorre de maneira desigual no espaço urbano de Belém. A configuração hidrográfica e a forma de ocupação da cidade constituem elementos relevantes para a contextualização territorial desses padrões, considerando as particularidades de uma metrópole amazônica marcada pela presença de rios, ilhas e áreas com diferentes condições de acessibilidade. Entretanto, a cartografia apresentada não permite estabelecer, isoladamente, uma relação causal entre essas características territoriais e a ocorrência dos crimes.

Nesse sentido, a leitura integrada entre hidrografia, urbanização e distribuição espacial da violência deve ser compreendida como uma interpretação territorial dos padrões identificados. Características de mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e presença de políticas públicas constituem dimensões relevantes para investigações futuras, mas a mensuração de seus efeitos sobre a incidência criminal exigiria indicadores específicos e procedimentos analíticos adicionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam padrões temporais e espaciais relevantes da violência urbana em Belém (PA) e no estado do Pará. A análise das séries históricas e da distribuição espacial identificou a persistência de elevados níveis de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), oscilações ao longo do período analisado, redução relativa dos crimes e concentração de ocorrências em determinadas áreas do espaço urbano. Esses resultados revelam uma distribuição territorial desigual do fenômeno e, quando interpretados à luz do referencial teórico adotado, permitem discutir possíveis relações entre violência, desigualdades socioespaciais e formas de organização do território, sem que se estabeleça uma relação causal entre essas dimensões.

A distribuição relativamente estável dos CVLI ao longo de 2025, com picos em períodos específicos, bem como a concentração espacial da violência em bairros periféricos, como Guamá, Jurunas e Terra Firme, evidenciam uma distribuição territorial desigual da violência. A concentração observada nesses bairros pode ser discutida em relação às condições socioespaciais que caracterizam essas áreas. Entretanto, os dados analisados não permitem mensurar isoladamente os efeitos da vulnerabilidade social, da precariedade urbana ou da presença estatal sobre a incidência criminal. Esses dados mostram que a incidência da violência apresenta distribuição territorial desigual, com maior concentração em determinados bairros de Belém. À luz do referencial teórico adotado, tais padrões podem ser interpretados em diálogo com as desigualdades socioespaciais e com as diferentes formas de apropriação e organização do território. Entretanto, os procedimentos empregados nesta pesquisa não permitem estabelecer relações causais diretas entre essas dimensões e a ocorrência da violência.

Do ponto de vista teórico, os padrões temporais e espaciais identificados podem ser interpretados à luz das discussões sobre território, desigualdade socioespacial e relações de poder mobilizadas neste estudo. Os resultados empíricos mostram diferenças na incidência e na distribuição espacial da violência entre períodos e áreas analisadas, enquanto o referencial teórico contribui para contextualizar essas diferenças no âmbito das formas historicamente desiguais de produção e organização do espaço urbano.

Ressalta-se, contudo, que, em razão do caráter predominantemente descritivo e exploratório dos procedimentos adotados, os resultados não permitem afirmar relações causais entre desigualdade socioespacial, relações de poder, organização territorial e incidência criminal. A articulação das escalas intraurbana, municipal e estadual deve, portanto, ser

entendida como estratégia de contextualização e comparação dos padrões observados, e não como demonstração empírica de causalidade ou determinação estrutural. Outra limitação refere-se ao uso predominante de frequências absolutas nas comparações intraurbanas. Embora essas informações sejam adequadas para identificar volumes e áreas de concentração dos registros, não permitem, isoladamente, comparar o risco relativo entre bairros com populações distintas. Nesse sentido, a incorporação de taxas padronizadas por população constitui um desenvolvimento importante para pesquisas posteriores e, quando disponíveis denominadores populacionais compatíveis, para o aprofundamento das análises apresentadas.

Além disso, a trajetória dos crimes, marcada por crescimento inicial e posterior declínio, sugere a influência de transformações nas dinâmicas urbanas, nos padrões de mobilidade e nas tecnologias de controle e vigilância, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. No entanto, a permanência de níveis elevados de criminalidade indica que tais mudanças não foram suficientes para alterar estruturalmente as condições que sustentam a violência.

Dessa forma, o estudo contribui para o avanço das análises territoriais da violência na Amazônia, ao demonstrar que sua compreensão exige a integração entre dimensões sociais, espaciais e políticas. A violência, nesse sentido, não pode ser enfrentada exclusivamente por meio de ações repressivas, mas requer políticas públicas articuladas que considerem o planejamento urbano, a redução das desigualdades socioespaciais e o fortalecimento das capacidades institucionais de gestão do território. Destaca-se a necessidade de aprofundamento de estudos que integrem abordagens quantitativas e qualitativas, ampliando a compreensão dos contextos sociais e territoriais nos quais a violência se manifesta. Investigações futuras podem explorar, de forma mais detalhada, as relações entre políticas públicas, organização territorial e dinâmicas criminais, contribuindo para a construção de estratégias mais eficazes de prevenção e enfrentamento da violência urbana.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. ***Sobre a violência***. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BELÉM (PA). Fundação Papa Francisco. **Estudo diagnóstico: violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Belém/PA**. Estudo realizado para compor o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2015–2025. Belém: FUNPAPA, 2015.

BOURDIEU, Pierre. ***O poder simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Diagnóstico da Segurança Pública nos Municípios**. Brasília: MJSP, 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dinâmicas da violência das regiões brasileiras: Estado do Pará**. Brasília, DF: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/aa97aa5c-4013-4927-b5aa-948fe9b9ce80/content>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Estatística SIAC**. Belém: SEGUP-PA, [s.d.]. Disponível em: <https://codec.segup.pa.gov.br>. Acesso em: 26 mar. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados dos resultados da pesquisa constam no corpo deste artigo.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da [Crossref](#).



PUBLISHER

Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



HISTÓRICO

Submetido: 29 de março de 2026.

Aprovado: 01 de setembro de 2026.

Publicado: 04 de setembro de 2026.